

AS CLASSIFICAÇÕES DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE TOXICOLOGIA E PSICOFARMACOLOGIA EM CIÊNCIAS, BIOLOGIA E PROGRAMAS DE SAÚDE E PREVENÇÃO EDUCACIONAL: UMA CONTRIBUIÇÃO ♦

Edson Cardia*
Fernando Bastos**

Resumo

Este trabalho apresenta uma abordagem sobre os aspectos referentes às carências da formação técnico-científica dos professores de Ciências, Biologia e Programas de Saúde, no campo da Toxicologia e da Psicofarmacologia, em virtude da inadequação legal dos planos de ensino das licenciaturas. Mostra que o ponto de partida para o ensino dos conteúdos de aprendizagem do tema no ensino médio, que alude à sistematização classificatória das substâncias psicoativas é, com considerável frequência, ministrado de forma inadequada, incompleta ou deficiente. Como contribuição é apresentada a Classificação das substâncias psicotrópicas de Chaloult, L. (1971) atualizada pelos autores e adaptada para a realidade brasileira, na conformidade com a vigência da Portaria ANVISA nº. 344 de 12 de maio de 1988, que elenca as substâncias capazes de produzir dependência física ou psíquica.

Palavras-Chave: Adequação Curricular; Toxicologia; Psicofarmacologia; Prevenção; Drogadicção; Quimiodependência.

1 Introdução

O pleno conhecimento científico da complexidade das causas e das múltiplas expressões do abuso de substâncias psicoativas e da quimiodependência é condição fundamental para que as ações preventivas na esfera escolar não se transmudem em atitudes reativas, contribuindo a que no ambiente institucional onde se processa o ensino e a aprendizagem sejam tomadas decisões lúcidas e eficazes no plano da prevenção.

O conhecimento científico nesse campo [substâncias psicoativas e farmacodependência] compreende desde o componente histórico-cultural-social das drogas que lhe dá significado, à ampliação das pesquisas acadêmicas preocupadas com a explicação, a interpretação e métodos descritivos dos diversos pólos envolvidos: ciências do comportamento, biologia/farmacologia/toxicologia, ciências sociais e ciências criminais.

Pesquisa recente implementada no bojo da elaboração de dissertação de mestrado junto à UNESP, Campus Universitário de Bauru – Faculdade de Ciências – Programa de Pós Graduação em Educação para a Ciência, revelou que a sistematização da classificação das substâncias psicoativas, na prática uma forte ferramenta para a compreensão do tema com

♦ APOIO: Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES – PROAP)

* Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências – Mestrando em Educação para a Ciência.

Faculdade de Ciências - UNESP – Câmpus de Bauru. (e-mail: edson.cardia@uol.com.br)

** Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências Faculdade de Ciências - UNESP Câmpus de Bauru– Professor Assistente Doutor – Departamento de Educação – F.C. UNESP – Campus Universitário de Bauru. . (e-mail : fer_bastos@uol.com.br)

vistas à prevenção, tem sido transmitida algumas vezes de maneira incorreta, senão inadequada.

Os planos de cursos de licenciaturas não contemplam estes conteúdos de aprendizagem como prioridade, e não impulsionam a formação no tema das drogas e quimiodependência, lançando a campo professores sem o devido preparo para a intervenção que lhes compete neste domínio.

Esta insuficiência de formação pode acarretar prejuízos sérios à prevenção primária na alçada escolar e na formação global dos alunos.

Os conhecimentos científicos já disponíveis em termos de quimiodependência, em que pese algo substanciosos, são ainda reduzidos se imaginados de maneira global.

Portanto, imprescindível suscitar a formação científica adequada, conceituada aqui como um processo de aprendizagem de métodos [científicos] hábeis à produção de novos conhecimentos sobre o fenômeno da drogadicção.

Mais ainda, é necessário aprofundar estes conhecimentos mobilizando conhecimentos inseridos no campo da biologia das substâncias psicoativas, das farmacodependências, da neurobiologia e neurofarmacologia.

Neste propósito, é viável subdividir a formação imaginada em dois modelos: *uma formação geral e uma formação específica* integrada por uma *formação técnica* e outra *técnico-especializada e pós-graduada*.

2. As Classificações das substâncias psicoativas como ponto de partida para um processo de ensino-aprendizagem eficiente neste tema

É possível considerar as substâncias psicoativas, em termos de aprendizagem, como classes de estímulos e, nesse sentido, “as classes de estímulos são formadas com base na similaridade física de atributos comuns ou podem ainda ser estabelecidos através de relações arbitrárias entre estímulos” (DE ROSE, 1993).

Louis Chaloult, em 1971, construiu uma nova classificação de drogas toxicomanógenas segundo a atuação que exercem sobre o cérebro.

A partir do conceito acolhido, e em apertada síntese, as drogas podem influenciar o funcionamento do cérebro de três modos :

- a) imprimindo um funcionamento mais rápido, ou seja, estimulando;
- b) reprimindo a um funcionamento mais lento, ou seja, deprimindo;
- c) confundindo o funcionamento, sem acelerar ou reduzir, ou seja, perturbando;

Os três grupos mencionados, em outra classificação, de J. Delay, recebem as seguintes denominações:

- a) Drogas psicoanalépticas = drogas estimulantes;
- b) Drogas psicolépticas = drogas depressoras
- c) Drogas psicodislépticas (perturbadoras ou alucinógenas).

Muito embora a primeira classificação seja a melhor pela simplicidade e objetividade, é de bom alvitre que o professor mencione ambas porque a segunda vez por outra é encontrada, quer na mídia quer em bulários de medicamentos.

Adiante uma lista classificatória exemplificativa, modificada pelos autores, a partir de Chaloult (1971), atualizada e adaptada para a situação brasileira segundo a toxicologia.

As Listas mencionadas referem-se à Portaria nº 344/98 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

3. A Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998

No exercício da atividade fiscalizadora e regulatória, a ANVISA suas funções nos termos da Portaria referida, edificada segundo os princípios norteados, entre outros, pela Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 (Decreto n.º 54.216/64), a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971 (Decreto n.º 79.388/77), e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988 (Decreto n.º 154/91).

As substâncias de interesse são constantes das listas:

- a) "A1" e "A2" (entorpecentes)
- b) "A3", "B1" e "B2" (psicotrópicas)
- c) "C3" (imunossuppressores)
- d) "D1" (precursores) deste Regulamento Técnico ou de suas atualizações, bem como os medicamentos que as contenham
- e) Lista - "E" (plantas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas) e
- f) lista "F" (substâncias proscritas)

4. A Classificação de Chaloult (1971) adaptada e atualizada segundo a Portaria nº 344/98-Anvisa.

I – Drogas Estimulantes da atividade do SNC :

Anfetaminas – utilizadas como indutoras da vigília (d-anfetaminas, metanfetamina, dexanfetamina, levanfetamina, e todos os seus sais e isômeros – Lista A-3);

Anfetaminas – utilizadas como inibidores do apetite (dietilpropiona, femproporex, mazindol, anfepramona (dietilpropiona – Lista B-2 , sibutramina – Lista C-1)

Cocaína (substância proscrita no Brasil – Lista F– assim também seus isômeros)

Caféina, estimulantes menores;

II – Drogas Depressoras da atividade do SNC :

Álcool

Hipnóticos (flunitrazepam, flurazepam, midazolam, nitrazepam, estazolam e outros, relacionados na Lista B-1)

b.1 – Barbitúricos (pentobarbital, fenobarbital, alobartibal, e outros – Lista B-1)

b.2 – Outros (ex. Bromazepam, , etc. também elencados na Lista B-1)

Ansiolíticos (benzodiazepínicos como o diazepam, lorazepam, clonazepam, clordiazepóxido, estazolam, - Lista B-1.)

Narcóticos (opíáceos)

d.1 – Naturais (morfina, codeína, concentrado de palha de dormideira, etc. Lista A)

d.2 – Sintéticos (meperidina, metadona, propoxifeno – Lista A)

d.3 –Semi-sintéticos (heroína – diacetilmorfina – Lista F1)

Solventes ou inalantes (cloreto de etila Lista F-2)

III – Drogas perturbadoras do SNC.

Alucinógenos propriamente ditos (primários)

Sintéticos

– LSD-25 (Proscrita no Brasil – Lista F2 –).

- MDMA (ectasy – ou metilenodioxifenilamina – Proscrita no Brasil – Lista F2).

Naturais

2.1 – Derivados da maconha (haxixe, THC) – Proscritos no Brasil – Listas E e F2 .

2.2 – derivados indólicos (de plantas e cogumelos alguns proscritos no Brasil como a mescalina e outros – Lista F2).

2.3 – Derivados do peiote (psilocibina – Proscrita no Brasil- Lista F2).

Alucinógenos secundários :

Anticolinérgicos

– Derivados de plantas (Claviceps purpúrea, Cannabis sativa, Datura suaveolans, proscritos no Brasil - :Lista E).

- Sintéticos (benactizina – Lista C-1).

Outras substâncias em doses elevadas.

Importante anotar que as substâncias constantes são exemplificativas e melhor descrição delas pode ser visualizada compulsando-se a atualizada versão da Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na fonte citada, que Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

Oportuno também considerar que os professores de Ciências, Biologia e Programas de Saúde devem ter sempre à mão esta Portaria, muito útil por conter as definições adotadas pelas autoridades sanitárias brasileiras alusivas a medicamentos, fármacos e drogas, requisitos para prescrições e especialmente para elucidar a classificação, sistematizando e facilitando o ensino e a aprendizagem.

A conjugação de todos os elementos aqui compulsados, representa o princípio da “ruptura com visões simplistas sobre o ensino de Ciências” (CARVALHO & GIL-PEREZ, 2001), máxime naquilo que aponta para o conhecimento da matéria a ser ensinada:

5. Conclusões

Há um distanciamento abissal entre o que é indispensável segundo a função social do ensino, no campo da prevenção primária ao abuso de substâncias psicoativas e quimiodependências e o preparo proporcionado nas licenciaturas para os biólogos-educadores.

É urgente a implementação de uma adequação legal dos planos de ensino dos cursos de graduação em Ciências/Biologia às normas vigentes, aperfeiçoando-se a formação geral, a formação específica e a formação técnica, na questão das substâncias psicoativas e da farmacodependência. dirigida aos profissionais (especialmente professores) que de alguma maneira lidam com a questão.

Um dos fatores detectados mostra que o assunto não raro, é abordado de forma superficial, às vezes incorreta ou nem é abordado.

A classificação de Chaloult, L (1971), muito recomendada, não tem sido a mais implementada.

Neste trabalho, esta sistemática é apresentada em adaptação e atualizada na conformidade com as normas de saúde pública vigentes no Brasil, colocada assim de acordo com a realidade nacional, objetivando servir de fonte de consulta e instrumento de ilustração para os professores que trabalham com a matéria discutida.

Referências

BASTOS, F; NARDI,R.; DINIZ, R.E.S. **Abordagens interacionistas do processo de aprendizagem e suas implicações para o ensino de Ciências:** Bauru: UNESP, 2002. 16 p.

CARLINI,E.A.; CARLINI-COTRIN,B.; SILVA FILHO, A. R **Sugestões para Programas de Prevenção ao abuso de drogas no Brasil:** São Paulo: CEBRID-EPM, 1990.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. **Formação de Professores de Ciências.** São Paulo: Cortez, 2001.CHALOULT, L. **Une nouvelle classification des drogues toxicomano-genes.** 1971 Revue Toxicomanies. v.4, 1971. p. 371-5.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia.** 3 ed. São Paulo: Harbra, 1996.